

CONSEMA
Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas

Ref. Relatório sobre a avaliação do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Jataí

A Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas reuniu-se em 24/05/2011, em 3/11/2011 e em 9/11/2011 para avaliar o Plano de Manejo proposto para a Estação Ecológica de Jataí, EEJ, elaborado sob a responsabilidade da Fundação Florestal.

Participaram das reuniões membros da Comissão e representantes do Conselho Consultivo da EEJ. Registra-se, ainda, a presença do Prefeito Municipal de Luiz Antonio na reunião do dia 3/11/2011.

Em 2014, com uma nova composição, a Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas retomou a avaliação do Plano de Manejo proposto, considerando a edição da Resolução SMA 33/2013, Resolução SMAS 32/2013 e da 3ª Edição da Norma P 4231 da CETESB

Informações sobre a UC

A EEJ foi criada pelo Decreto 37.536 de 16/6/1982 e modificada pelo Decreto de ampliação nº 47.096 de 18/9/2002. Possui extensão de 9.074,63ha e está localizada no Município de Luiz Antonio, na Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu.

A UC abriga a maior área de cerrado do Estado de São Paulo, composto por três fitofisionomias diferentes, com interface para Mata Estacional Semidecídua. Devido à raridade de remanescentes de cerrado de grandes extensões, a EEJ reveste-se de grande importância para a conservação do Bioma. Dentre as 355 espécies vegetais catalogadas na EEJ, foram identificadas quatro espécies ameaçadas de extinção. A fauna é bastante rica, tendo sido identificados 513 espécies de vertebrados, sendo 21 taxons ameaçados de extinção. A EEJ é importante para a proteção de parte da área a montante da planície de inundação do médio Rio Mogi-Guaçu, significativo berçário de peixes da bacia deste rio. Destaca-se, assim, a vegetação de lagoas e brejos, embora se observe seu comprometimento pelo manejo inadequado de áreas na bacia de drenagem.

De acordo com o mapa produzido pelo Projeto Biota/Fapesp a EEJ situa-se em área prioritária para a promoção de conectividade entre fragmentos de vegetação nativa. Além disto, a UC está localizada em região considerada prioritária para a conservação do cerrado, bioma mais ameaçado em SP.

A situação fundiária da unidade encontra-se 100% regularizada, não havendo ocupações ou invasões.

O patrimônio cultural é representado principalmente pela Lagoa do Diogo/Cruz do Diogo e pelo Porto do Jataí, situado na margem do Rio Mogi-Guaçu.

A região onde está inserida a UC configura-se como região bastante desenvolvida, entre as cidades de Ribeirão Preto, São Carlos e Araraquara. O uso da terra no entorno imediato da EEJ (raio de 10km) é composto por cerca de 50% de canaviais, 13% de silvicultura, 9% de citricultura e 1,5% de pastagens. A matriz simplificada da paisagem dificulta a conectividade entre os remanescentes de vegetação nativa e agrava os efeitos de borda. As principais ameaças estão relacionadas às atividades agrícolas no entorno, especialmente quanto à contaminação por agrotóxicos, uso do fogo e invasão biológica por espécies de plantas (eucalipto, *pinnus*, uva-do-japão, braquiária, capim colônia, capim gordura e aguapé) e de animais (pombo doméstico, pardal, lebrão, cachorro doméstico, gato doméstico, rato e tilápia). Além destas ameaças registra-se a ocorrência de caça e pesca ilegal e impactos de

atividades minerais desenvolvidas na calha do Rio Mogi-Guaçu (existem 12 títulos minerais para o interior da EEJ e 59 para a ZA).

Ressalta-se a presença da Estação Experimental de Luiz Antonio, administrada pelo Instituto Florestal e localizada em área contígua à EEJ e a sugestão, assinalada em vários pontos do Plano de Manejo, no sentido de que a mesma seja reclassificada como unidade de conservação que assegure maior proteção à vegetação ali existente e a minimização das pressões sobre a EEJ, especialmente pela presença de florestas de *pinnus*.

O Conselho Consultivo da UC foi constituído em novembro de 2009 e tem sido atuante, como atesta a significativa contribuição de alguns de seus membros durante os trabalhos da Comissão Especial.

Informações sobre o Plano de Manejo

O Plano de Manejo da EEJ foi elaborado por técnicos e pesquisadores da Fundação Florestal, Instituto Florestal e Universidade Federal de São Carlos, com o emprego de recursos de compensação ambiental do licenciamento da Degusa do Brasil S.A. e segundo o roteiro metodológico do IBAMA. Foram realizados diagnósticos dos meios físico (clima, recursos hídricos, geologia, geomorfologia e pedologia), biótico (flora e fauna) e antrópico (ocupação antrópica, sócio-economia, vetores de pressão e patrimônio histórico-cultural e imaterial).

Foram realizadas diversas reuniões técnicas e oficinas de planejamento, que envolveram discussões com a sociedade e com parceiros institucionais sobre as propostas de zoneamento, principalmente sobre a Zona de Amortecimento, e os programas de gestão. O plano de manejo foi submetido ao Conselho Consultivo, que o aprovou.

São definidas as seguintes zonas:

- Zona Intangível (463,98ha que representam 5,14% da área total). Abriga remanescentes em melhor grau de conservação, ecossistemas frágeis ou únicos e/ou espécies endêmicas, situados em locais de difícil acesso. O objetivo desta zona é a preservação do ambiente natural, funcionando como matriz de repovoamento de outras zonas.
- Zona Primitiva (7.302,35ha que representam 80,93% da área total). Configura áreas com boa qualidade ambiental, com alta representatividade e diversidade, cujo objetivo é a conservação do ambiente natural, servindo de banco genético da fauna e flora do Bioma Cerrado.
- Zona de Uso Extensivo (318,44ha que representam 3,53% da área total), consistindo de um circuito para acesso a diferentes atrativos e locais da unidade. O objetivo da zona é a manutenção do ambiente natural com mínimo impacto humano apesar de oferecer acesso facilitado ao público para fins educativos.
- Zona Histórico Cultural (3,44ha que representam 0,04% da área total), cujo objetivo é proteger sítios históricos e culturais, especialmente o Porto do Jataí e a Lagoa do Diogo, em harmonia com o meio ambiente.
- Zona de Recuperação (951,84ha que correspondem a 10,55% da área total), incluindo áreas em bom estado de conservação, mas de alta suscetibilidade ambiental, sujeitas a fatores externos, e com necessidade de intervenções visando à sua recuperação. Esta zona inclui lagoas marginais e áreas com presença de *pinnus*, espécie invasora.

- Zona de Uso Especial (2,62ha que correspondem a 0,03% da área total), cujo objetivo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da UC, concentrando as atividades administrativas e serviços.
- Zona de Uso Conflitante (8,82ha que correspondem a 0,10% da área total), representada por estrada que corta a unidade. O objetivo desta zona é executar ações visando minimizar o impacto através da análise de viabilidade da remoção das estradas e definição de trajetos alternativos.
- Zona de Interferência Experimental, correspondendo no máximo a 3% da área, a serem delimitados nos projetos de pesquisa. O objetivo desta zona é permitir o desenvolvimento de pesquisas comparativas em áreas conservadas que exijam interferência no ecossistema.
- Zona de Amortecimento (37.361ha), abrangendo quatro municípios. Os critérios para a definição da ZA foram: presença de áreas de alta e média importância para a conservação da biodiversidade e para a conectividade da paisagem (Biota/Fapesp), presença de área de recarga de aquífero e de área com alta vulnerabilidade de águas subterrâneas, localização das principais sub-bacias que convergem para a EEJ e direção predominante dos ventos (devido à deriva de agrotóxicos).

Os programas definidos pelo Plano de Manejo são os seguintes:

- Programa de Gestão Organizacional
- Programa de Proteção Ambiental
- Programa de Educação Ambiental
- Programa de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural
- Programa de Interação Sócio-ambiental

O Plano de Manejo define, ainda, um Programa de Monitoramento de Agrotóxicos a ser implementado em uma parceria que envolve a Fundação Florestal, Instituto Florestal, UFSCar, USP (São Paulo e Ribeirão Preto) e UNESP Araraquara. O financiamento do programa será compartilhado pela FF e empresas privadas do setor agrícola que desenvolvem atividades no entorno da unidade, conforme acordo concebido no Conselho Consultivo.

São previstas normas gerais a serem observadas na gestão da UC, destacando-se medidas que regulam a visitação, a circulação de pessoas, veículos e animais domésticos. O Plano de Manejo prevê, ainda, normas específicas para as diferentes zonas de acordo com seus objetivos e níveis de restrição.

No caso da ZA, ressalta-se a definição de normas específicas para as atividades agrícolas que incluem a restrição à aplicação de agrotóxicos por via aérea no raio de 300m do limite da UC e a necessidade de prévia comunicação no caso de aplicação na faixa entre 300m e 800m do limite da UC, além de recomendações para a disposição de vinhaça no solo. A supressão de vegetação é objeto de normas específicas que visam evitar a perda de remanescentes e a ampliação da conectividade.

O Plano de Manejo atende ao disposto na resolução SMA 33/2013, quanto aos critérios técnicos para o estabelecimento da ZA, sua setorização e normatização, e às determinações da Resolução SMA 32/2013 cumprindo-se as etapas de elaboração de estudos e acompanhamento do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação.

Relato dos trabalhos da Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas

O Plano de Manejo foi analisado e discutido tendo sido apontadas algumas questões a serem incorporadas ao texto, especialmente em relação à menção ao licenciamento de atividades na ZA (a ser executado pelo órgão licenciador, ouvido o gestor da UC), esclarecimentos acerca da proposta do plano em relação à supressão de vegetação nativa na ZA e à recomendação de não introdução de espécies exóticas consideradas invasoras (matéria em discussão no Consema).

Identificou-se, durante os trabalhos, a conveniência de solicitar à CETESB que avaliasse a possibilidade de alterar o dispositivo da norma que trata da disposição de vinhaça no solo - Norma P4.231,

A referida norma passou por um processo de revisão e aprimoramento que resultou na publicação da Norma P 4.231 – 3ª Edição – 2ª Versão, em fevereiro de 2015.

Com relação às zonas de amortecimento de Unidades de Conservação, o novo texto da norma determina que a aplicação de vinhaça nestes locais será admitida desde que não haja vedação a essa prática no plano de manejo da unidade. Assim a previsão da possibilidade de aplicação de vinhaça como fertirrigação na ZA está de acordo com a norma vigente.

Considerando a informação de que existem 12 títulos minerários emitidos para o interior da UC e outros 59 para a ZA, foi ressaltada a importância de contatar o DNPM visando invalidar os títulos concedidos para a exploração mineral no interior da UC, bem sugeriu-se a criação de um grupo de trabalho para avaliar a capacidade de suporte da ZA em relação à extração de areia.

O encaminhamento proposto no Plano de Manejo, no sentido da constituição de um grupo de trabalho para avaliar a eventual reclassificação da Estação Experimental de Luiz Antonio, vizinha à EEJ e administrada pelo IF foi considerado adequado.

Na reunião realizada em 9/11 a Comissão recebeu da representante do Ministério Público um Parecer Técnico, anexado à ata da reunião, que apresenta uma série de considerações sobre o plano de manejo e propõe sete novas recomendações a serem incorporadas ao presente relatório. As propostas foram amplamente discutidas pelos presentes, sendo que uma delas foi aprovada por todos.

Considerando não ter sido possível obter consenso acerca de todas as recomendações a serem submetidas ao plenário e considerando, ainda, que a continuidade da discussão no âmbito da Comissão não seria capaz de eliminar as divergências existentes, a Comissão decidiu concluir o seu relatório e submeter a matéria ao plenário. Assim, este relatório indica as recomendações aprovadas por todos os seus integrantes e destaca os pontos em que não houve consenso. Entende-se que desta maneira o plenário do Consema, que é a instância competente, poderá deliberar considerando todas as propostas trazidas à discussão.

Recomendações ao Plenário

A Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas propõe ao plenário a aprovação do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Jataí, com as seguintes recomendações:

1. Que o Plano de Manejo e os mapas com o zoneamento, destacando-se a Zona de Amortecimento, sejam mantidos permanentemente disponíveis para consulta, inclusive na sede da estação ecológica e da estação Experimental de Luiz Antonio;
2. Que o Plano de Manejo seja amplamente divulgado, especialmente nos municípios abrangidos pela UC e por sua Zona de Amortecimento;

3. Que seja constituído um grupo de trabalho envolvendo a Fundação Florestal e o Instituto Florestal para a definição da estratégia para a reclassificação total ou parcial da Estação Experimental de Luiz Antonio, contígua à EEJ, para a categoria de proteção integral visando assegurar maior proteção aos remanescentes de cerrado ali existentes, reduzir os impactos à EEJ e permitir a continuidade de pesquisas relevantes;
4. Que seja explicitado que os remanescentes de vegetação nativa existentes na Zona de Amortecimento devem ser preservados nos termos previstos no inciso IV do artigo 4º da Lei Estadual 13.550 de 2/6/2009 e que o Programa de Interação Sócio-ambiental dê especial atenção à situação dos imóveis rurais com excedentes de vegetação com vistas à instituição de RPPNs ou à averbação para compensação de reserva legal de outros imóveis da região;
5. Em relação à aplicação aérea de agroquímicos recomenda-se a necessidade de observar, além das disposições do Plano de Manejo, a Instrução Normativa 2/2008 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
6. Que a Fundação Florestal, apoiada pela Procuradoria Geral do Estado, diligencie junto ao DNPM visando invalidar os títulos minerários concedidos para a exploração mineral no interior da UC;
7. Que seja constituído um grupo de trabalho para avaliar a capacidade de suporte da Zona de Amortecimento da EEJ em relação à extração de areia, considerando os impactos potenciais desta atividade sobre a UC;
8. Que o Plano de Monitoramento de Agrotóxicos previsto no Plano de Manejo, seja implementado de imediato, nos termos ali propostos, sugerindo-se a participação da CETESB;
9. Que os dispositivos do plano de manejo referentes ao uso de agrotóxicos sejam revistos no prazo de 2 anos considerando os resultados do Plano de Monitoramento de Agrotóxicos acima mencionado;
10. Que a Fundação Florestal apresente, no prazo de um ano após a aprovação do plano de manejo, relatório da implementação dos programas ali previstos;
11. Que a Zona de Amortecimento da EEJ e as áreas adjacentes à mesma, bem como a área localizada entre a EEJ e o Parque Estadual de Vassununga sejam priorizadas em programas de Pagamento por Serviços Ambientais e em instrumentos como banco de áreas para restauração, dentre outros, com o objetivo de incentivar a proteção e a restauração de vegetação nativa e a formação de corredores visando incrementar a conectividade entre remanescentes;
12. Que sejam efetuadas gestões para a implantação de estrada alternativa para a substituição daquela utilizada pela empresa International Paper e que seja avaliada a possibilidade de realocar a estrada entre Luiz Antonio-Balsa, ambas atualmente cruzando a UC, e que sejam adotadas medidas imediatas para a sinalização e redução da velocidade nas mesmas.

Destaca-se a seguir as propostas de recomendações que não foram objeto de consenso na Comissão:

Com relação ao uso de agrotóxicos na Zona de Amortecimento foram apresentadas três diferentes propostas:

1. Que seja proibida a aplicação de agrotóxicos por via aérea na faixa de 300m no entorno da UC, sendo que para as demais formas de aplicação nesta área recomenda-se o uso do produto de menor risco ambiental dentre os existentes (proposta do Plano de Manejo com redação alterada pela Comissão)
2. Restrições concretas e objetivas à aplicação de agrotóxicos por via aérea na Zona de Amortecimento e eliminação imediata da utilização de agrotóxicos no mínimo em uma faixa de 1km dos limites da UC e dos remanescentes de vegetação nativa contíguos à UC. Qualquer redução desta faixa deve ser fundamentada em estudos técnico-científicos que atestem a segurança da utilização de agrotóxicos, garantindo-se que não haverá efetivamente a contaminação e a eliminação biológica no interior da UC (proposta do MP)
3. Que seja totalmente proibido o uso de agrotóxicos na faixa de 300m a contar do limite da EEJ e que seja proibida a aplicação de agrotóxicos por via aérea em uma faixa de 500m no entorno da EEJ (proposta da PGE)

Outras propostas constantes do Parecer do MP que não obtiveram consenso:

1. Não utilização da vinhaça no solo na Zona de Amortecimento;
2. Revisão dos limites da Zona de Amortecimento, estendendo-a para uma faixa de 10km medida a partir do limite da UC, podendo ser excluídas as áreas urbanas;
3. Readequação das normas e restrições na Zona de Amortecimento de modo a torná-las mais efetivas para a proteção da biodiversidade local e regional, contemplando e assegurando a salvaguarda dos recursos naturais ali protegidos e a efetiva possibilidade de conectividade entre os remanescentes locais, tornando imunes de supressão todos os remanescentes de vegetação nativa num raio de 10km, visando à implementação das diretrizes do Programa Biota/Fapesp (2007);
4. Sugere-se, ainda, que entre as recomendações ao plenário do CONSEMA sejam incorporadas a criação de unidade de conservação em toda a planície do Médio Rio Mogi-Guaçu e a criação de corredores de vegetação natural conectando a EEJatáí à Gleba Pé de Gigante do Parque Estadual de Vassununga conforme indicado no Plano de Manejo;

São Paulo, 9 de março de 2015.



Antonio Luiz Lima de Queiroz
Relator do Plano de Manejo da EEJ
Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas
CONSEMA